

Autorização concedida ao Repositório Institucional da Universidade de Brasília pelo Decanato de Extensão da UnB para disponibilizar, no site repositorio.unb.br, o livro Universidade para o século XXI: educação e gestão ambiental na Universidade de Brasília.

REFERÊNCIA

LAYRARGUES, Philippe Pomier et al. Diagnósticos de percepção ambiental: o que pensam os alunos da Faculdade UnB Planaltina sobre gestão ambiental e sustentabilidade universitária. In: CATALÃO, Vera Margarida Lessa; LAYRARGUES, Philippe Pomier; ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar (Org.). **Universidade para o século XXI**: educação e gestão ambiental na Universidade de Brasília. Brasília: Cidade Gráfica e Editora, 2011. p. 87-98.

Universidade para o século XXI:
educação e gestão ambiental na
Universidade de Brasília

Decanato de Extensão
Universidade de Brasília

2011

José Geraldo de Sousa Junior

Reitor

João Batista de Sousa

Vice-Reitor

Paulo César Marques da Silva

Prefeito

Oviromar Flores

Decano de Extensão

Clélia Maria de Sousa Ferreira e Fernando Ferreira Carneiro

Coordenação do Núcleo da Agenda Ambiental

**Vera Margarida Lessa Catalão, Philippe Pomier Layrargues,
Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti**

Organização

Renato Cabral Rezende

Revisão

Webson de Alencar Dias

Projeto gráfico e diagramação

Flora Egécia

capa

Comissão Editorial

Clélia Maria de Sousa Ferreira Parreira

Dione Oliveira Moura

Doris Sayago

Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti

Laís Mourão

Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi

Maria Rita Avanzi

Paulo César Marques da Silva

Philippe Pomier Layrargues

Saulo Rodrigues

Sérgio Koide

Vera Margarida Lessa Catalão

U58

Universidade para o século XXI : educação e gestão ambiental na
Universidade de Brasília / Vera Margarida Lessa Catalão,
Philippe Pomier Layrargues e Izabel Cristina Bruno Bacelar
Zaneti (orgs.). _ Brasília : Cidade Gráfica e Editora, 2011.
340 p. ; 22 cm.

ISBN: 978-85-65088-00-8

1. Educação ambiental. 2. Gestão ambiental. 3. Universidade
de Brasília. I. Catalão, Vera Margarida Lessa. II. Layrargues, Philippe
Pomier. III. Zaneti, Izabel Cristina Bruno Bacelar.

CDU 37:502.31

Diagnósticos de percepção ambiental: o que pensam os alunos da Faculdade UnB Planaltina sobre gestão ambiental e sustentabilidade universitária

Philippe Pomier Layrargues¹

Bárbara Fellows Dourado²

Bárbara Ramos Andrade³

Diogo Sobral Glória³

Luis Felipe Lino Rocha³

Wanderson Maia Nascimento³

Resumo: O presente trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de opinião sobre percepção ambiental aplicada junto aos alunos dos cursos de graduação oferecidos pela UnB no campus de Planaltina, que teve como meta auxiliar o planejamento das ações de Educação Ambiental e parâmetro para balizar o grau de adesão dos estudantes à idéia da transformação do campus em um modelo de gestão ambiental. Os dados indicam que há, por parte dos alunos, uma forte expectativa quanto à gestão ambiental universitária, representando uma boa receptividade à internalização dos princípios e práticas da sustentabilidade no cotidiano do campus.

Palavras-chave: percepção ambiental, educação ambiental, gestão ambiental universitária

1. Introdução

Como parte do ambientalismo complexo-multissetorial, compondo o ambientalismo acadêmico (VIOLA e LEIS, 1992), as universidades têm historicamente

¹ Doutor em Ciências Sociais, professor adjunto e Coordenador Ambiental da Faculdade UnB Planaltina, membro da Comissão da Agenda Ambiental e do GT de Resíduos Sólidos do Núcleo da Agenda Ambiental/UnB.

² Graduanda do curso de Gestão do Agronegócio da Faculdade UnB Planaltina.

³ Graduandos do curso de Gestão Ambiental da Faculdade UnB Planaltina.

oferecido sua contribuição para a internalização de valores e práticas sustentabilistas na sociedade. O movimento foi iniciado com a criação de disciplinas com teor ambiental e adaptação de outras que podem problematizar a questão ambiental, passou pela criação de programas de pós-graduação e de centros de pesquisa interdisciplinares responsáveis pela produção de conhecimento ambiental; e por fim, promoveu processos de gestão ambiental universitária, na direção da construção de *campi* universitários “verdes”.

No geral, a inclusão da variável ambiental em todas as dimensões da organização e funcionamento da universidade corresponde à “ambientalização curricular” entendida no seu sentido amplo, para além da concepção estrita de currículo, e aponta na direção da transversalidade da dimensão ambiental no fazer acadêmico em geral, conforme argumenta Oliveira (2007).

Apesar da morosidade na elaboração de políticas públicas voltadas ao incentivo e estabelecimento de universidades sustentáveis no Brasil (MARCOMIN e SILVA, 2009), é cada vez mais presente a idéia de que as universidades sejam consideradas laboratórios vivos da cultura da sustentabilidade onde todos os espaços físicos extraclasse possam ser entendidos como estruturas educadoras preenchidas de possibilidades de aprendizagens, e a universidade como um todo constituir-se como um modelo para a sociedade (COUTO *et al*, 2005; ENGELMAN, GUISSO e FRACASSO, 2009; VAZ *et al*, 2009), trazendo para o cotidiano universitário a vivência da gestão ambiental em sentido amplo.

Nas universidades estão não apenas as condições formativas formais dos futuros profissionais a ingressar no mundo do trabalho, mas também a possibilidade de incorporação de uma nova cultura sustentabilista diante do desafio da crise ambiental global. Faz cada vez mais parte dessa constatação a ideia de que as condições da experimentação prática da gestão ambiental são as ideais nas universidades, atuando como um processo de formação ambiental continuada, vivencial e informal, simplesmente interagindo no dia a dia da rotina universitária nos espaços vivenciais do *campus*, não apenas nos espaços formais curriculares nas salas de aula.

Afinal de contas, como lembram Tauchen e Brandli (2006), os *campi* universitários constituem-se como verdadeiras cidades em microescala, com uma série de atividades necessárias à sua operação cotidiana, desde sua infraestrutura com o fornecimento de água e energia, rede de coleta de águas servidas e tratamento de esgoto, sistema de coleta de lixo, edificações, arborização, vias de

acesso, iluminação, alimentação, etc.; e, como consequência de sua existência, além do consumo de bens ambientais, gera-se lixo e resíduos.

Com efeito, já existem diversos documentos orientadores que fornecem princípios e diretrizes para as universidades sustentáveis, como as Declarações de Tallories (1990), Halifax (1991), Swansea (1993) e Ubuntu (2002), a Carta Universitária para o Desenvolvimento Sustentável do Programa Europeu Copernicus (1994), e o *Campus Blueprint for a Sustainable Future* (1994); algumas redes e entidades nacionais e internacionais que objetivam a articulação institucional e a troca de experiências em gestão ambiental universitária, como a Organização Internacional de Universidades para o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (que possui a sua declaração de compromissos), a inglesa *Environmental Association for Universities and Colleges*, o norte-americano *Campus Consortium for Environmental Excellence*, e a Aliança de Redes Ibero-Americanas de Universidades pela Sustentabilidade e Meio Ambiente. E, por fim, periodicamente ocorrem as Conferências Internacionais sobre Gestão Ambiental para Universidades Sustentáveis e os Encontros Latino-Americanos de Universidades Sustentáveis.

Esse contexto de articulações confere nitidamente um vigoroso reforço às condições básicas para a instauração de um movimento institucional coletivo, para além das necessárias embora limitantes ações pontuais de um ou outro *campus* universitário que implementa isoladamente sua agenda ambiental, representando assim, um salto de qualidade para promover a mudança ambiental na universidade.

E esse contexto indica também que existe, por parte da administração dos estabelecimentos de ensino superior, um compromisso crescente com a sustentabilidade. Mas em que medida a comunidade acadêmica como um todo também almeja a conversão dos *campi* universitários em universidades sustentáveis? A comunidade estudantil apoia essa perspectiva? Qual é o grau de receptividade para a internalização dos preceitos da sustentabilidade no ambiente universitário por parte dos alunos?

Nesse sentido, no marco do projeto de extensão universitária “Esperança Verde na FUP/UnB: um *campus* universitário modelo em gestão ambiental”, que visa a criar as condições culturais, políticas e administrativas para a implantação de um sistema de gestão ambiental universitária, foi realizado o diagnóstico da percepção ambiental da comunidade acadêmica do campus da UnB em Planaltina. A iniciativa teve como metas a elaboração de um diagnóstico sobre a aceitabilidade e características da internalização da dimensão ambiental na estrutura

universitária, e a obtenção de subsídios ao planejamento das ações educativas e informativas voltadas à relação universidade e gestão ambiental.

Como o objetivo central focaliza a mudança de comportamentos associada à internalização de novos valores sobre a relação entre sociedade e natureza, processo mediado pela Educação Ambiental, é necessário inicialmente saber como o coletivo acadêmico é composto: que tipo de conhecimentos detêm os usuários que frequentam o *campus*, que tipo de atitudes eles possuem em seu dia a dia tanto no *campus* como em suas residências, que tipo de pensamentos possuem em relação à crise ambiental, desenvolvimento e sustentabilidade, como também suas opiniões particulares a respeito do engajamento ambiental para que o *campus* se torne sustentável.

2. Métodos

Um dos elementos iniciais no âmbito das ações de gestão ambiental universitária é a elaboração de diagnósticos da situação ambiental nos *campi*. Porém, muitas vezes a avaliação efetuada se resume ao metabolismo institucional, ou seja, o fluxo de matérias e energia que circulam no ambiente universitário, para se compreender o padrão de consumo de água, energia, combustível, papel, materiais de limpeza e demais componentes que fazem parte da rotina cotidiana no ambiente acadêmico, e a natureza e forma de descarte de resíduos sólidos, líquidos e gasosos. Raramente se efetua um diagnóstico da percepção ambiental da comunidade acadêmica para se avaliar o grau de adesão e interesse dos distintos usuários do *campus* à ideia da implantação de um sistema de gestão ambiental universitário. Assim, planejar o sistema de gestão ambiental universitária envolve o levantamento das aspirações, expectativas, julgamentos e condutas do grupo social envolvido (LERIPIO, CAMPOS e SELIG, 2003). Afinal, este é um elemento estratégico para se medir os obstáculos e resistências de natureza cultural, bem como as potencialidades cognitivas e afetivas já existentes que possam auxiliar a elaboração de políticas públicas e facilitar a transição à sustentabilidade (HOEFFEL e FADINI, 2007).

É importante destacar esse aspecto, pois é comum na criação de processos de gestão ambiental não se considerar o universo da percepção ambiental dos atores sociais pertencentes à entidade em questão. Parte-se diretamente para o levantamento do padrão de consumo dos recursos naturais e descarte dos resíduos gerados. Com isso, perde-se o elemento subjetivo da realidade local a ser modificada pelo processo, informação que é estratégica para o

planejamento da intervenção pedagógica. Perde-se também a possibilidade de medir a distância entre a situação atual e a desejada no que diz respeito aos valores, atitudes, conhecimentos e comportamentos em relação aos preceitos e práticas da sustentabilidade.

Além disso, um dos fundamentos para potencializar o êxito da gestão ambiental universitária é a função educadora que pode problematizar as contradições e controvérsias existentes, por exemplo, entre os valores e interesses dos alunos e da estrutura político-administrativa da universidade, para enfim alavancar as mudanças institucionais que se pretende promover no *campus* universitário, onde a comunidade acadêmica como um todo encontre as condições ideais de reflexão e adesão acerca da mudança em direção à cultura da sustentabilidade.

Nesse sentido, com o intuito de obter subsídios para as ações educativas que estejam ancoradas o mais possível na realidade existente, foi elaborado um questionário com vinte questões fechadas e mais uma bateria de 38 frases para se avaliar o grau de concordância com elas por parte dos respondentes. As questões cobrem o universo de valores (o que pensam), conhecimentos (o que sabem), atitudes (o que querem) e comportamentos (o que fazem) em relação à questão ambiental e sustentabilidade, para dar conta de toda a realidade motivacional e prática da comunidade acadêmica.

Considerou-se também uma divisão básica entre questões imediatamente aplicadas ao universo acadêmico da instituição universitária e questões gerais que não estão diretamente vinculadas a esta realidade. Neste segundo conjunto, aproveitaram-se algumas questões previamente elaboradas e aplicadas em outras sondagens de opinião pública, para se manter alguma comparabilidade entre grupos distintos, a exemplo da série “O que o brasileiro pensa do Meio Ambiente” (CRESPO, 2001).

O questionário passou por uma fase de teste entre os membros do projeto de extensão, buscando o aprimoramento do seu teor quanto à adequação do vocabulário e, na sequência, no mês de setembro de 2009, o instrumento foi aplicado junto a 253 alunos dos quatro cursos de graduação do *campus* de Planaltina (Licenciatura em Ciências Naturais, Licenciatura em Educação no Campo, Gestão do Agronegócio e Gestão Ambiental), correspondendo a 35% dos alunos matriculados na FUP/UnB.

Para efeitos do presente estudo, foram consideradas apenas as dez questões diretamente relacionadas à percepção dos alunos sobre a importância de

vivenciar a rotina da sustentabilidade em um *campus* universitário, não esgotando, portanto, a análise de todos os dados levantados. Os resultados aqui apresentados versam sobre o recorte temático específico da gestão ambiental no *campus* universitário da UnB-Planaltina.

3. Resultados e Discussão

Indagados se acreditam que é importante ter uma formação ambiental na graduação, porque precisam saber como contribuir com a sustentabilidade, a grande maioria dos alunos (84,4%) concorda plenamente, alguns poucos (12,4%) concordam parcialmente e muito poucos (3,2%) discordam dessa afirmação.

Por outro lado, indagados se acreditam que é importante ter uma formação ambiental na graduação, mas por causa da exigência do mercado de trabalho por um profissional com um mínimo de conhecimentos na área ambiental, os resultados apareceram um pouco diferentes: quase a metade dos alunos (49,6%) concorda plenamente, enquanto que cerca de um terço (34,92%) concorda parcialmente e uns poucos (15,47%) discordam dessa afirmação. Ou seja, os alunos entendem que a necessidade de obter formação ambiental na universidade se deve mais por motivações altruístas pessoais, não necessariamente vinculadas a uma exigência do mundo do trabalho. Esse voluntarismo pode significar a presença de uma consciência ecológica desprendida, mas responsável, fruto do processo de ecologização da sociedade que já se encontra suficientemente convencida de que todos devem oferecer sua cota de contribuição individual à crise ambiental. Esse voluntarismo também pode apontar, no mínimo, para a inexistência de entraves culturais e, no máximo, para a existência de uma boa receptividade e adesão às práticas de gestão ambiental na universidade.

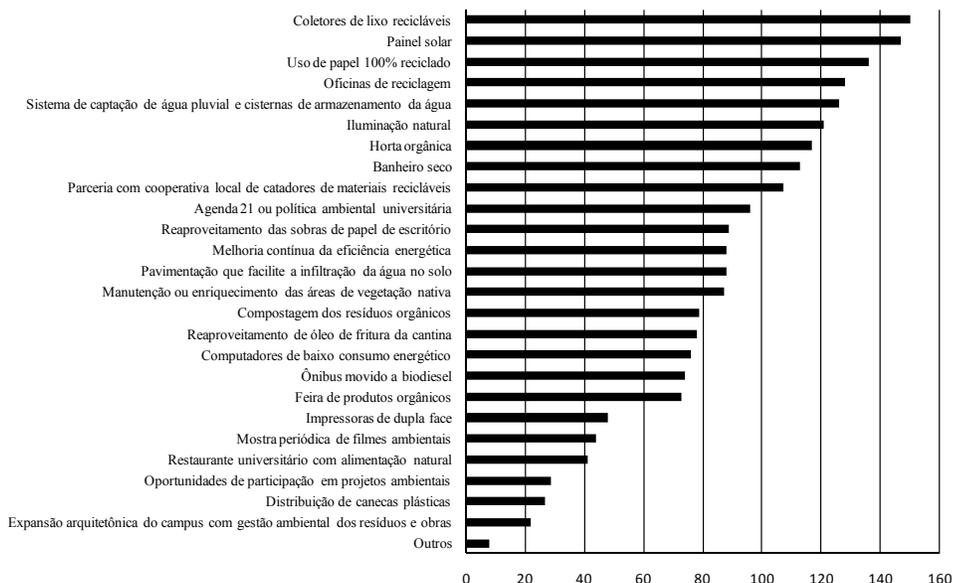
É alta a adesão à idéia de que existem benefícios no investimento de esforços para tornar o *campus* universitário um ambiente sustentável: para cada dez alunos respondentes da sondagem, sete entendem que é indispensável transformar o *campus* da UnB de Planaltina numa referência em sustentabilidade, enquanto que apenas dois para cada dez concordam parcialmente com essa perspectiva.

E na mesma direção, oito para cada dez alunos concordam plenamente que estudar em um *campus* universitário modelo em gestão ambiental contribui para a internalização de valores sustentabilistas, e que a UnB-Planaltina deva investir em energia sustentável, banheiros secos, painéis solares e captação de

água da chuva. Ou seja, a receptividade à proposta de transformar o *campus* em um modelo de gestão ambiental universitária é alta e, com isso, pode-se esperar uma razoável adesão às mudanças que venham a ser implementadas, mesmo que sejam consideradas ousadas demais por dependerem de altos investimentos financeiros ou por serem objeto de alguns tabus, ou ainda, por inexistirem regulamentações técnicas advindas de órgãos reguladores (como é o caso das edificações em adobe).

Mas quais mudanças são consideradas mais bem-vindas pelos estudantes, ou seja, que elementos concretos da sustentabilidade se constituem como aqueles que se acredita serem fundamentais constar em um *campus* universitário? Foi oferecida uma lista com 25 itens, e pediu-se aos alunos que enumerassem os dez mais importantes para que um *campus* universitário pudesse ser reconhecido como modelo em gestão ambiental. O *ranking* em ordem decrescente de prioridade dos temas a constar em um *campus* sustentável é o seguinte:

O que seria importante ter em um campus universitário para ser "modelo em gestão ambiental"?



No que diz respeito ao *ranking* dos componentes que conformam o estatuto de um “*campus* sustentável”, há elementos mais valorizados pelos estudantes

do que outros, indicando aqueles que são fortemente desejados, como a instalação de coletores de lixo reciclável e de painel solar e que, por isso, podem ser prioritariamente implementados pela administração da universidade como uma resposta às demandas sociais. Mas, simultaneamente, os alunos indicam outros elementos que contrastam com determinadas suposições ou consensos formais, e que, por isso, podem ser objeto de processos educativos para problematizar e refletir mais a fundo as diferentes percepções entre a comunidade estudantil e a estrutura político-administrativa da universidade. É o caso, por exemplo, da existência de uma Política Ambiental Universitária, que, no entender dos alunos, não é algo tão importante, por ter sido classificado em 12º lugar na lista das prioridades, apesar de para o ponto de vista institucional tratar-se do início da organização de um processo estruturante, tendo em vista a demarcação dos princípios e horizontes que a instituição deseja trilhar.

Indagados a respeito do uso do banheiro seco, um item específico, mas importante de ser diagnosticado dado seu grau de controvérsia em função do tabu acerca da mudança de hábitos em relação às necessidades humanas (e que acabou ficando em 8º lugar no *ranking* das preferências para um *campus* sustentável); caso venha a ser instalado no *campus* como uma medida para economizar água e reaproveitar as fezes como adubo orgânico, praticamente a metade dos alunos (47,61%) afirmou que utilizaria apenas o banheiro seco, enquanto que 36,50% deles mostraram-se indiferentes, pois usariam o banheiro mais próximo; e 15,87% mostraram-se reativos à ideia, pois afirmaram que utilizariam apenas o banheiro convencional. Percebe-se aqui que a localização para a instalação do banheiro seco aparece como sendo estratégica para aumentar a adesão de usuários, especialmente daqueles que optariam pelo critério da comodidade em função da proximidade onde se encontra o banheiro. Mas em todo caso, fica também a lição da tarefa educativa sobre os benefícios ambientais da instalação de banheiros secos, podendo resultar em um expressivo aumento de intenções de uso consciente dessa estrutura que pode ser considerada “educadora”.

Indagados sobre as práticas usualmente adotadas no dia a dia no *campus* da UnB-Planaltina, motivados a responder dentro de uma lista previamente fornecida, os alunos listaram as ações que praticam da seguinte forma: fecham a torneira de água da pia do banheiro, sobretudo quando a encontram aberta (20,5%); separam o lixo reciclável nos recipientes corretos (15,9%); reaproveitam o verso do papel utilizado como rascunho (13,6%); apagam a luz das salas ao sair delas (12,9%); usam a caneca ou garrafa plástica pessoal (12,7%);

evitam o uso de copo descartável (11,3%); desligam o monitor do computador ao fazer uma pausa para descanso (6,3%); conversam com o colega quando percebe que ele poderia incorporar um hábito ecológico (5,8%). Chama atenção esse último aspecto, que poderia ser um potencial interessante para a reflexão coletiva da transição cultural a efetuar, que são poucos os estudantes que se sentem motivados a problematizar um hábito ecologicamente incorreto assumido pelos colegas. Talvez isso queira dizer que eles (ainda) não se sentem seguros para se colocar no papel de educadores ambientais informais, um aspecto importante a desenvolver na perspectiva de se multiplicar a reflexão acerca do engajamento pessoal e coletivo na transição à sustentabilidade, de forma horizontal entre os próprios alunos.

Indagados se passariam a utilizar uma caneca plástica para substituir os copos descartáveis, a maioria dos alunos (91%) afirmou que sim, o que representa uma forte adesão à ideia da eliminação dos copos descartáveis, um dos grandes alvos dos processos de gestão ambiental nas instituições em geral e na UnB em particular.

Indagados sobre o que desmotiva a separar os resíduos recicláveis utilizando os coletores seletivos instalados no *campus* da UnB-Planaltina, os alunos afirmaram primeiro ter dúvidas sobre a real eficácia dessa ação (47%), uma vez que existem rumores de que o serviço de limpeza pública mistura novamente o lixo separado. Um segundo impedimento apontado é a distância a percorrer até os recipientes (26%). A falta de higiene dos coletores foi apontada como um terceiro fator comprometedor (18%) e, por fim, a descrença de que seja necessário separar o lixo foi apontada como a desmotivação final (9%) para a separação dos resíduos no *campus*. Nesse sentido, torna-se imperativo buscar soluções para aumentar a adesão ao uso dos coletores seletivos: no caso de realmente haver um destino equivocado do lixo no *campus*, é preciso instaurar novos procedimentos, especialmente no que diz respeito ao estabelecimento de parceria com uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis e dar ampla divulgação da solução do problema; é preciso reavaliar a localização dos coletores em função dos usuários; por fim, é preciso manter em dia a higienização dos coletores.

Indagados se conhecem o Núcleo da Agenda Ambiental da UnB, órgão da universidade responsável pela coordenação e articulação das ações ambientais, 78% afirmou não conhecê-lo, mas que teriam interesse em saber do que se trata. 11% dos alunos conhecem embora superficialmente, enquanto que apenas 2%

conhecem bem os programas desenvolvidos pelo Núcleo. 9% disseram não conhecer e não ter interesse em saber quais programas desenvolve. Esses dados mostram que o Núcleo, talvez por se situar no *campus* Darcy Ribeiro, provavelmente não está presente no cotidiano dos alunos do campus Planaltina, demandando assim um esforço de divulgação e aproximação junto aos demais *campi* da UnB. Se quase oito em cada dez alunos manifestaram interesse em obter informações sobre o que faz a Agenda Ambiental da UnB, isso significa que pode haver um potencial de surgimento de novas iniciativas e articulações no contexto da extensão universitária em relação à dimensão ambiental.

4. Conclusões

Há que se reconhecer a particularidade do *campus* da UnB em Planaltina que, em função da natureza de seus cursos, possui um expressivo potencial ambiental, especialmente por haver um curso de graduação em Gestão Ambiental, o que significa que uma razoável proporção dos alunos realmente partilha das premissas da sustentabilidade por terem optado cursar uma graduação na área ambiental.

Nesse contexto, o estudo traz elementos que nos permitem supor que seja alta a adesão dos estudantes do *campus* de Planaltina da UnB para com a gestão ambiental universitária (mesmo sem o conhecimento da existência da Agenda Ambiental da UnB, que poderia trazer um benefício associado ao prestígio político). Portanto, a transição do *campus* de Planaltina em direção à sustentabilidade, comprometimento da direção da faculdade e de muitos professores, testemunhado pela criação da Coordenação Ambiental da FUP/UnB em fevereiro de 2010 adquire expressivo aliado neste processo, visto que os alunos representam a maioria dos usuários do *campus*. E que ainda por cima compreendem que há um processo pedagógico embutido na prática da gestão ambiental no *campus*, valorizando mais ainda a proposta.

Assim, do ponto de vista da estrutura político-administrativa da universidade, pode-se dizer que há um respaldo político por parte dos estudantes conferindo legitimidade à implementação de medidas que caminhem na direção da sustentabilidade universitária. Com a identificação desse alinhamento de interesses, pode-se dizer que na pior das hipóteses não haverá resistência estudantil. E, do ponto de vista da comunidade estudantil, pode-se dizer que a existência de um sistema de gestão ambiental no *campus* representa um diferencial que valoriza a sua permanência na universidade, um motivo a mais

de satisfação com a escolha do estabelecimento de ensino em função dos benefícios advindos deste processo.

Entendemos que a transformação de um *campus* universitário como um modelo de gestão ambiental se constitui como um processo permanente de implementação e de contínuo aprimoramento, experimentando as novidades, desafiando os entraves culturais, administrativos e políticos que apresentem resistências ao processo. Assim, é importante destacar que a elaboração de diagnósticos da percepção ambiental junto à comunidade acadêmica cumpre um papel preponderante para o planejamento de ações educativas, além de servir como um respaldo político estratégico para a superação de determinadas limitações para a prática cotidiana da gestão ambiental.

A expectativa futura é de que esse instrumento possa ser aprimorado e compartilhado com outros setores da UnB e outras universidades que desejem replicar a pesquisa para se construir uma base analítica comparativa dos resultados atingidos nos múltiplos contextos universitários existentes, porque essa é a única forma de se saber se a FUP/UnB, por abrigar um curso de graduação em Gestão Ambiental, encontra-se realmente em condições privilegiadas para um *campus* universitário. Caso essa hipótese seja confirmada, abre-se uma janela de oportunidade aos estabelecimentos de ensino superior que oferecem cursos de Gestão Ambiental, seja na modalidade de bacharelado ou tecnológico, iniciarem processos de implementação de gestão ambiental e de vivência da cultura da sustentabilidade nos *campi* universitários.

Referências Bibliográficas

COUTO, A.P.; ALVES, M. do C.; MATOS, A.F. de; CARVALHO, P.G. de. Universidade na transição para sustentabilidade: tendências, estratégias e práticas. In: BRYAN, N.; GONÇALVES, L.; SANCHEZ, O. *Los desafíos de la gestión universitaria hacia el desarrollo sostenible*. Costa Rica: UNA. 2005.p. 25-48.

CRESPO, S. *O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável*. Brasília/Rio de Janeiro: MMA/ISER. 2001.

ENGELMAN, R.; GUISSO, R.M.; FRACASSO, E.M. Ações de gestão ambiental nas instituições de ensino superior: o que tem sido feito. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v.3, n.1, p. 22-33, 2009.

HOEFFEL, J.L.; FADINI, A.A.B. Percepção ambiental. In: FERRARO JUNIOR, L. (Org.). *Encontros e Caminhos. Volume 2*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. p. 253-263.

LERIPIO, A. de A.; CAMPOS, L.M. de S.; SELIG, P.M. O papel da percepção na educação e desempenho ambiental das organizações: uma discussão sobre o tema. *Contrapontos*, Itajaí, v.3, n.1, p. 119-129, 2003.

MARCOMIN, F.E.; SILVA, A.D.V. da. A sustentabilidade no ensino superior brasileiro: alguns elementos a partir da prática da educação ambiental na universidade. . *Contrapontos*, Itajaí, v.9, n.2, p. 104-117, 2009.

OLIVEIRA, H.T. O processo de ambientalização curricular na Universidade Federal de São Carlos nos contextos de ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental. In: V CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, Joinville, 2006. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Projeto Roda Viva, 2007. p. 449-458.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L.L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. *Gestão & Produção*, v.13, n.3, p. 503-515, 2006.

VAZ, C.R.; FAGUNDES, A.B.; KACHBA, Y.R.; OLIVEIRA, I.L.; KOVALESKI, J.L. Sistema de gestão ambiental em instituições de ensino superior: uma revisão. In: IV SIMPÓSIO ACADÊMICO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2009, Viçosa. *Anais...* Universidade Federal de Viçosa, 2009.

VIOLA, E.; LEIS, H.R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D.J.; VIEIRA, P.F. (Orgs.). *Dilemas socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp. 1992. p. 73-102.